

# Planalto negocia com sistema misto

## Entendimento do Governo é que Constituinte não pende para modelos clássicos

TARCISIO HOLANDA  
Repórter Especial

O Governo está disposto a negociar uma fórmula de presidencialismo misto, marcado pela influência de certas práticas parlamentaristas, nos termos de emenda apresentada pelo deputado paulista Manoel Moreira (PMDB), com base em estudo preparado pelo jurista Miguel Reale Junior, que também conta com o endosso de Ulysses Guimarães.

O Governo chegou à conclusão de que a maioria da Constituinte pende para um regime misto, afastando as hipóteses de presidencialismo ou parlamentarismo clássicos. A informação dessa nova postura do Governo foi transmitida aos deputados Israel Pinheiro Filho (MG) e Cid Carvalho (MA) pelos deputados Bonifácio de Andrada (MG) e José Lins (CE), líderes do Centrão.

### PRESIDENTE FORTE

A fórmula preferida do Palácio do Planalto quer conservar em poder do presidente da República as chefias de Estado e do Governo, retirando do nosso presidencialismo o caráter imperial de que se reveste através do fortalecimento do Congresso, particularmente da Câmara dos Deputados.

O modelo se aproximaria daquele que é praticado no Peru, ou seja, o presidente da República indica o Primeiro ministro, cabendo à Câmara dos Deputados, no prazo de 10 dias, aprovar o seu programa de Governo. Se houver impasse insuperável entre o Presidente e a Câmara, esta poderá ser dissolvida por aquele, convocando-se novas eleições.

O deputado Bonifácio de Andrada prefere chamar de presidencialismo "com algumas peças constitucionais do parlamentarismo."

Um tipo de regime que se aproximaria igualmente daque-

le que é atualmente praticado na França. O Primeiro Ministro, indicado pelo Presidente da República e aprovado pela Câmara dos Deputados, seria pessoa da confiança daquele, tendo a função de gerir a máquina administrativa dentro da linha de orientação traçada pelo Chefe de Governo e Chefe de Estado (o presidente da República).

O Palácio do Planalto chegou à conclusão de que esta seria a tendência dominante na maioria da Constituinte. Além disso, segundo Bonifácio de Andrada, o Governo teria concluído que o presidente da República não pode continuar com as imensas responsabilidades que tem hoje, tendo que arrastar sozinho, sem solidariedade do Congresso, grandes dificuldades para vencer a maior crise de nossa história.

Andrada lembra que pesquisa recentemente realizada na Constituinte mostrou que os parlamentaristas são melhor informados a respeito das vantagens e desvantagens de uma e de outra forma de governo, enquanto os presidencialistas se revelam ignorantes em relação à matéria doutrinária.

A Fundação Milton Campos do PDS, segundo ainda Andrada, concluiu recentemente uma pesquisa entre 150 constituintes, a maioria deles integrantes da Comissão de Sistematização, concluindo que a maior parte era defensora da implantação do regime parlamentarista como forma de superar a crise institucional do País.

Por esta fórmula, o presidente da República concentra em suas mãos as chefias do Estado e do Governo, cabendo-lhe o comando supremo das Forças Armadas e da política externa do País. A ação administrativa é exercida pelo primeiro-ministro e o Ministério, em nome do presidente da República, a quem caberá fixar as diretrizes.

## Parlamentaristas insistem

ROBERTO CUSTÓDIO  
Da Sucursal

São Paulo — Os defensores do parlamentarismo irão às ruas no início de 88 para manifestar seu desejo e o de uma parcela ponderável da opinião pública de ver implantada no País esse sistema de Governo. Serão aproveitadas todas as oportunidades que surgirem para colocar à população que o regime parlamentar de Governo é compatível com eleições diretas para presidente da República.

"O parlamentarismo é um regime de debates, de programas e de equipe. O presidencialismo é o regime das decisões fechadas e sem consultas", avaliou o ex-governador Franco Montoro, um dos principais defensores do regime parlamentar de Governo e candidato quase natural à Presidência da República se o parlamentarismo for implantado no País. Para ele, o parlamentarismo descentraliza as decisões, dando maiores responsabilidades aos deputados e senadores eleitos pelo povo e, ao contrário do que se pensa, não transforma o presidente da República numa rainha da Inglaterra. "O Presidente escolhe o primeiro-ministro e tem poderes para dissolver o parlamento. Ele escolhe também o Presidente e a diretoria do Banco Central", disse.

Segundo Montoro, apesar da campanha feita a favor do presidencialismo — "os donos dos jornais são presidencialistas", disse — já existe entre a população um sentimento claro a respeito do parlamentarismo. "Tenho muitas esperanças que a proposta seja aprovada na Constituinte", afirmou, informando que o deputado Egídio Ferreira Lima, do PMDB de Pernambuco, deverá apresentar ao congresso constituinte, assim que os trabalhos forem retomados em janeiro, uma proposta de regime parlamentar de Governo, que já conta com 285 assinaturas — mais do que o necessário para a sua aprovação em plenário.

Para o ex-governador, o presidencialismo em vigor no País é que provocou tantos problemas institucionais e do ponto de vista econômico. "A dívida externa do Brasil é fruto do presidencialismo. As usinas nucleares são resultado do presidencialismo, um regime fechado e não aceita discussões. Elas jamais teriam sido aprovadas num regime parlamentar. Haveria muita discussão e a rejeição de algo que o povo nunca quis", disse.

### HISTÓRICOS

Ao mesmo tempo em que defende o parlamentarismo, o ex-governador de São Paulo estará articulando, ao lado de outros companheiros do PMDB considerado de centro-esquerda, o movimento de retomada do programa do partido em função das divergências com o Governo Federal e as manobras do

grupo chamado Centrão — que conseguiu reunir parlamentares de vários partidos e ideologias para mudanças no regimento da Constituinte. Segundo ele, porém, o movimento dos chamados históricos do PMDB não visam se opor abertamente ao Governo.

"O movimento tem um sentido positivo. Ele não é contra ninguém, mas a favor do cumprimento do programa do partido. Há dois objetivos fundamentais que é preciso afirmar com muita clareza e denunciar os que a eles se opõem: Precisamos de uma aprovação rápida para a Constituição e de uma rápida escolha por eleições diretas ao novo presidente da República", afirmou, acrescentando ser essa a vontade do País, sendo necessário apontar os que sabotam esse desejo.

Para Montoro, o movimento dos históricos não tem relação de oposição ao Centrão. "O Centrão não é nem um movimento. É um encontro de descontentes que nem programa tem. Lá dentro tem gente parlamentarista, presidencialista, gente que defende e gente que é contra a pena de morte". Alertou contudo para o atraso nos trabalhos constitucionais, lembrando "o clamor da população que ameaça desmoralizar aqueles que impeçam a rápida complementação da transição democrática do País". Acrescentou que tentará convencer os governadores peemedebistas a se engajarem no grupo histórico.

### DÍVIDA EXTERNA

O ex-governador paulista pregou ainda um tratamento adequado das autoridades econômicas brasileiras para a questão da dívida externa, na sua opinião uma das origens de todos os males da economia do País. "A dívida não pode ser considerada uma simples operação bancária entre uma instituição e um devedor", resumiu, observando tratar-se de principal problema econômico do pós-guerra, penalizando os países da América Latina, "obrigados a fazer remessas líquidas de capital, numa situação de desespero". O problema, no seu entender, deve ser encarado sob cinco pontos de vista: Econômico, social, ético, jurídico e político. "Do ponto de vista econômico, a dívida causa uma série de desajustes. Do ponto de vista social verifica-se problemas de desemprego, redução de salários e do nível de qualidade de vida. Eticamente, a dívida dos países latino-americanos e do resto do terceiro mundo foi condenada até pelo Papa João Paulo II, que analisou a questão em função da preservação da dignidade humana. A questão jurídica diz respeito às cláusulas leoninas impostas aos países devedores nos contratos de financiamento; e do ponto de vista político a dívida coloca em risco a democracia na América Latina e a Paz no mundo", concluiu.



Ulysses Guimarães

## Ulysses vai se queixar a Quêrcia

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, pretende manter encontro com o governador Orestes Quêrcia, tão logo regresso dos Estados Unidos, no dia 2 de janeiro, segundo revelou, através de telefonema de Nova Iorque para Brasília, ao deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), um dos parlamentares mais ligados atualmente a ele.

Nesse telefonema, Ulysses revelou que deseja reclamar decidido apoio do governador de São Paulo para um esforço destinado a esvaziar o movimento em favor da convocação de uma Convenção Nacional extraordinária do PMDB, articulado pelo chamado grupo histórico do Partido, tendo à frente os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

### PRIORIDADE

Ulysses dizia, ontem, pelo telefone a Cid Carvalho que a prioridade número um para o País é a complementação do trabalho de elaboração da nova Carta Constitucional. Assim sendo, julga que a convocação de uma Convenção Nacional teria efeito perturbador sobre o partido e o processo político de maneira geral.

— Ele acha que o objetivo primeiro é a Constituinte, em segundo lugar a Constituinte, em terceiro lugar a Constituinte. Todo esforço, no entender do presidente do PMDB, deve ser dirigido para promulgar a nova Constituição até março, no mais tardar — disse Cid Carvalho.

O deputado maranhense adiantou, ainda, que Ulysses Guimarães vai manter um encontro reservado com o governador Orestes Quêrcia, procurando em seguida todos os Governadores para ajudá-lo na tarefa de desestimular o movimento dos históricos em favor da convocação de uma Convenção Nacional extraordinária, a fim de examinar o rompimento com o Governo e a atualização do programa partidário.

Esse grupo, que está sendo liderado por Covas, Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, marcou reunião para o dia 9 de janeiro, em Brasília, a fim de definir uma estratégia de luta em favor da convocação da Convenção Nacional Extraordinária.

## Combate aos históricos vem dos EUA

Os históricos do PMDB, liderados pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, já começam a enfrentar as primeiras resistências à ideia de buscar uma definição da linha política do partido; o deputado Ulysses Guimarães, de Nova Iorque, iniciou uma articulação para esvaziar o seu movimento, no sentido de impedir a convocação extraordinária da Convenção Nacional do PMDB.

A ala mais progressista do partido majoritário reunirá no dia 9 de janeiro, em Brasília, os integrantes do chamado grupo histórico, inconformados com a adesão de constituintes peemedebistas — cerca de 130 — ao Centrão.

Eles pretendem, na reunião do dia 9, exigir uma definição do partido em relação à sua linha política, já que, argumentam, esgotou-se o período de transição e, por consequência, não há mais motivo para que o PMDB permaneça como uma frente, reunindo correntes políticas as mais diversas.

A divisão do PMDB, diagnosticada desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, tornou-se mais evidente com o surgimento do Centrão e, principalmente, com as votações para mudança do Regimento Interno da Constituinte, quando, por duas vezes, as lideranças do partido foram derrotadas, com o auxílio de grande número de votos peemedebistas.

A ideia dos históricos é recolocar o PMDB no seu leito natural, recuperando a linha social-democrata, responsável pelo crescimento do partido durante os anos do regime militar. Para isso, os constituintes mais afinados com as lideranças de Covas e Fernando Henrique contam com o apoio do Movimento de Unidade Progressista — MUP.

O MUP também reunirá seus integrantes — por volta de 40 — em Brasília, no dia 7 de janeiro, para definir os pontos a serem defendidos pelo grupo na reunião dos históricos. Em princípio, eles pretendem revidicar a convocação extraordinária da Convenção ou do Diretório Nacional do PMDB, até para decidir se deixam ou não o partido.



Mesmo presidencialável, Montoro prefere parlamentarismo